

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 09 de abril de 2024 às 07h58
Seleção de Notícias

Economia & Negócios - Estadão | BR

Marco regulatório | INPI

Alckmin diz que meta do governo é reduzir de 6 para 3 anos prazo de análise de patentes 3

ECONOMIA E NEGÓCIOS | AUTOR | AMANDA PUPO

Folha de S. Paulo | BR

09 de abril de 2024 | Direitos Autorais

Big techs ignoraram regras por inteligência artificial poderosa. 4

TEC

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Entidades da cultura assinam carta com diretrizes para a regulação da IA 8

ILUSTRADA

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Processo contra Paramount por "Top Gun: Maverick" é rejeitado por juiz federal 9

NOTÍCIAS | 04 | 08

Agência Brasil | BR

Pirataria | Biopirataria

Seminário internacional debate propriedade intelectual indígena 10

RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

Governo lança plataforma que reúne dados de patentes de medicamentos 11

IAGO BOLÍVAR | VINÍCIUS RODRIGUES VIEIRA

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Os cuidados da propriedade intelectual em restaurantes 12

Alckmin diz que meta do governo é reduzir de 6 para 3 anos prazo de análise de patentes

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Vice-presidente afirmou que o objetivo é promover maior aproximação entre institutos de ensino e pesquisa e setor produtivo

BRFASÍLIA - O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, reforçou nesta segunda-feira, 8, a necessidade de o governo reduzir o prazo de análise para o **registro** de patentes e promover maior aproximação entre os institutos de ensino e pesquisa e o setor produtivo.

"Se levar oito anos para registrar uma **patente**, ela está superada. Óbvio que temos de achar caminhos e fazer registro mais rápido, e de forma transparente oferecer dados para que a sociedade invista da melhor forma possível", disse Alckmin. A meta do Executivo é de reduzir o prazo para a análise de **patentes** para três anos até 2025. Hoje o tempo está em seis anos, contados da data do depósito do pedido. A declaração de Alckmin foi dada na cerimônia em que o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**Inpi**) e o Grupo FarmaBrasil assinaram um acordo de cooperação técnica para atualizar com dados até 2023 uma plataforma recém lançada que disponibiliza informações sobre depósito de pedidos de **patentes** de medicamentos no Brasil.

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República

Ao ressaltar a necessidade de o País investir mais em

pesquisa e inovação, o ministro lembrou que os setores de TI e de saúde são os que registram os maiores déficits na balança comercial brasileira. "Precisamos fazer um esforço redobrado para identificar o Custo Brasil, reduzi-lo e melhorar a competitividade", disse.

Na cerimônia, o presidente do FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, destacou alguns dados já identificados sobre o quadro de patentes no Brasil, como a alta concentração regional e de códigos. Segundo a associação, que reúne empresas da indústria farmacêutica, de 925 códigos, cinco deles concentram 11,2% dos pedidos de patentes de residentes.

Além disso, há uma aglomeração espacial dos depósitos de patentes da área farmacêutica nos Estados de Sudeste e Sul, principalmente São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Big techs ignoraram regras por inteligência artificial poderosa.

TEC



Investigação do NYT mostra como GPT-4 e outros sistemas foram criados com conteúdo protegido por **direitos** autorais.

SAN FRANCISCO, WASHINGTON E NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES - No fim de 2021, a OpenAI enfrentou um problema de fornecimento. O laboratório de IA (Inteligência Artificial) havia esgotado todos os reservatórios de textos em inglês com boa reputação na **internet** enquanto desenvolvia seu mais recente sistema de IA. Mas ela precisava de mais dados para treinar a próxima versão de sua tecnologia - muito mais.

Então os desenvolvedores criaram uma ferramenta de reconhecimento de fala chamada Whisper. Ela poderia transcrever o áudio de vídeos do YouTube, produzindo um novo texto conversacional que tornaria o sistema de IA mais inteligente.

Funcionários discutiram como a ação poderia ir contra as regras do YouTube, disseram três pessoas com conhecimento das conversas. O YouTube, que é do Google, proíbe o uso de seus vídeos para aplicativos que sejam 'independentes' da plataforma.

No final, uma equipe da OpenAI transcreveu mais de um milhão de horas de vídeos do YouTube, segundo essas pessoas. A equipe incluiria Greg Brockman, abpi.empauta.com

presidente da OpenAI, que ajudou a coletar os vídeos.

Os textos foram alimentados no GPT-4, base da última versão do chatbot ChatGPT.

A corrida para liderar a IA se tornou uma caçada por informações digitais necessárias para avançar a tecnologia.

Para obter esses dados, empresas de tecnologia, incluindo OpenAI, Google e Meta, cortaram caminhos, ignoraram políticas corporativas e debateram sobre contornar a lei, segundo investigação do The New York Times.

Na Meta, que é dona do Facebook e Instagram, discutiu-se no ano passado a compra da editora Simon & Schuster para obter obras longas, de acordo com gravações obtidas pelo Times.

Também cogitou-se reunir dados protegidos por **direitos** autorais em toda a **internet**, mesmo que isso significasse processos judiciais. Negociar licenças levaria muito tempo, disseram eles.

Assim como a OpenAI, o Google transcreveu vídeos do YouTube para coletar texto para modelos de IA, disseram cinco pessoas familiarizadas com o tema. Isso pode ter violado os **direitos** autorais dos vídeos, que pertencem aos criadores.

No ano passado, o Google ampliou seus termos de serviço. Uma motivação para a mudança, segundo membros da empresa e uma mensagem vista pelo Times, era permitir que o Google pudesse acessar documentos do Google Docs disponíveis publicamente, avaliações de restaurantes no Google Maps e outros materiais online para mais de seus produtos de IA.

As ações ilustram como as informações online, como notícias, obras de ficção e artigos da Wikipedia, se tornaram mais vitais para a IA.

Criar sistemas inovadores depende de ter dados suficientes para ensinar tecnologias a produzir conteúdo similar ao que humanos criariam.

Os dados mais valorizados, dizem pesquisadores, são informações de alta qualidade, como livros e artigos que foram cuidadosamente escritos e editados por profissionais.

Por anos, a **internet** - com sites como Wikipedia e Reddit - era uma fonte aparentemente infinita de dados. Mas, à medida que a IA avançava, as empresas de tecnologia buscavam mais repositórios.

As empresas de tecnologia poderiam esgotar os dados de alta qualidade na **internet** já em 2026, segundo a Epoch, um instituto de pesquisa. As empresas estão usando os dados mais rapidamente do que eles são produzidos.

'A única maneira prática para essas ferramentas existirem é se puderem ser treinadas em grandes quantidades de dados sem precisar que sejam licenciados', disse no ano passado Sy Damle, advogado que representa a Andreessen Horowitz, empresa de capital de risco do Vale do Silício.

As empresas estão tão ávidas por novos dados que algumas estão desenvolvendo informações 'sintéticas'. Isso não são dados orgânicos criados por humanos, mas texto, imagens e código que os modelos de IA produzem.

A OpenAI disse que cada um de seus modelos de IA 'tem conjunto de dados exclusivo de nossa curadoria para ajudar sua compreensão do mundo e permanecer globalmente competitivo em pesquisa'.

O Google disse que seus modelos 'são treinados em algum conteúdo do YouTube', o que foi permitido

Continuação: Big techs ignoraram regras por inteligência artificial poderosa.

sob acordos com criadores do YouTube, e que não usou dados de aplicativos de escritório fora de um programa experimental.

A Meta disse que fez 'investimentos agressivos' para integrar a IA em seus serviços e tinha bilhões de imagens e vídeos publicamente compartilhados do Instagram e Facebook para treinar seus modelos.

Para os criadores de conteúdo, o crescente uso de suas obras por empresas de IA tem provocado processos judiciais por **direitos** autorais e licenciamento. O Times processou a OpenAI e a Microsoft em 2023 por usar artigos de notícias protegidos por **direitos** autorais sem permissão para treinar chatbots de IA.

A OpenAI e a Microsoft afirmaram que usar os artigos era 'uso justo', ou permitido pela lei de **direitos** autorais, porque transformaram as obras para um propósito diferente.

Em maio, Sam Altman, CEO da OpenAI, reconheceu que as empresas de IA usariam todos os dados viáveis na **internet**.

Altman tinha visto o fenômeno de perto. Na OpenAI, os pesquisadores haviam coletado dados por anos, limpo e alimentado um vasto conjunto de texto para treinar os modelos de linguagem da empresa. Eles haviam minerado o repositório de códigos de computador GitHub, sugado bancos de dados de movimentos de xadrez e se baseado em dados descrevendo testes de ensino médio e tarefas de casa do site Quizlet.

Até o final de 2021, esses suprimentos estavam esgotados, disseram oito pessoas com conhecimento da empresa, que não estavam autorizadas a falar publicamente.

A OpenAI estava desesperada por mais dados para desenvolver seu modelo de IA de próxima geração, o GPT-4. Então os funcionários discutiram trans-

crever podcasts, audiolivros e vídeos do YouTube, segundo essas pessoas. Eles ralaram sobre criar dados do zero com sistemas de IA. Também consideraram comprar startups com grandes quantidades de dados.

A OpenAI criou o Whisper para transcrever vídeos do YouTube e podcasts, disseram seis pessoas. Mas o YouTube proíbe as pessoas não apenas de usar seus vídeos para aplicativos 'independentes', mas de acessá-los por meios automatizados (como robôs).

Os funcionários da OpenAI sabiam que entravam numa área legal cinzenta, disseram as fontes, mas acreditavam que treinar a IA com os vídeos era uso justo. Brockman, presidente da OpenAI, ajudou a reunir vídeos do YouTube e alimentá-los na tecnologia, disseram duas pessoas.

Brockman encaminhou pedidos de comentário para a OpenAI, que disse que usa 'numerosas fontes' de dados.

No ano passado, a OpenAI lançou o GPT-4, que se baseou nas mais de 1 milhão de horas de vídeos do YouTube.

A única maneira prática para essas ferramentas existirem é se puderem ser treinadas em grandes quantidades de dados sem precisar que sejam licenciados, Sy Damle, advogado que representa a Andreessen Horowitz, empresa de capital de risco do Vale do Silício.

Alguns funcionários do Google estavam cientes de que a OpenAI havia coletado vídeos do YouTube para abastecer seus dados, disseram duas pessoas com conhecimento das empresas. Mas eles não impediram a OpenAI porque o Google também havia usado transcrições de vídeos do YouTube para treinar seus modelos de IA. Essa prática pode ter violado os **direitos** autorais dos criadores do YouTube.

Matt Bryant, porta-voz do Google, disse que a em-

Continuação: Big techs ignoraram regras por inteligência artificial poderosa.

presa não sabia das práticas da OpenAI e proibia 'raspagem ou download não autorizado de conteúdo do YouTube'. O Google toma medidas quando tem uma base legal ou técnica clara para fazê-lo, disse ele.

No final de 2022, após a OpenAI lançar o ChatGPT e iniciar uma corrida na indústria, pesquisadores e engenheiros do Google discutiram acessar outros dados de usuários. Bilhões de palavras estavam nos documentos de usuários do Google e em outros aplicativos gratuitos. Mas as restrições de privacidade limitavam como eles poderiam usar os dados, disseram três pessoas com conhecimento das práticas do Google.

Em junho, o departamento jurídico do Google pediu à equipe de privacidade para redigir linguagem para ampliar o que a empresa poderia usar de dados do consumidor, segundo membros da equipe de privacidade.

A equipe escreveu novos termos para que o Google pudesse acessar os dados para seus 'modelos de IA e construir produtos e recursos como Google Translate, Bard e capacidades de IA na nuvem', que era uma coleção mais ampla de tecnologias de IA.

Bryant disse que as mudanças na foram feitas para melhorar a clareza e que o Google não usava informações do Google Docs ou aplicativos relacionados para treinar modelos de linguagem 'sem permissão explícita' dos usuários.

Mark Zuckerberg, CEO da Meta, se viu para trás quando a OpenAI lançou o ChatGPT. Ele imediatamente se esforçou para igualar e superar o ChatGPT, mas encontrou o mesmo obstáculo: não havia dados suficientes.

Ahmad Al-Dahle, vice-presidente de IA generativa da Meta, disse a executivos que sua equipe havia usado quase todos os livros, ensaios, poemas e artigos de notícias em inglês disponíveis na **internet** para desenvolver um modelo, segundo gravações com-

partilhadas por um funcionário. A Meta não poderia igualar o ChatGPT sem obter mais dados, disse Al-Dahle.

Alguns debateram pagar US\$ 10 por livro pelos direitos de licenciamento. Eles discutiram comprar a Simon & Schuster, que publica autores como Stephen King, de acordo com as gravações.

E também falaram sobre como resumiram livros, ensaios e outras obras da **internet** sem permissão e discutiram a possibilidade de obter mais, mesmo que

Continuação: Big techs ignoraram regras por inteligência artificial poderosa.

isso significasse processos judiciais.

Um advogado alertou sobre preocupações 'éticas', mas foi recebido com silêncio, de acordo com as gravações. Cade Metz, Cecilia Kang, Sheera Frenkel, Stuart A. Thompson e Nico Grant.

Entidades da cultura assinam carta com diretrizes para a regulação da IA

ILUSTRADA



Documento foi assinado por OAB, CBL, ABI e mais organizações ligadas a teatro, imprensa, música, audiovisual e literatura

Entidades de diferentes setores da cultura assinaram uma carta publicada nesta segunda-feira (8) com recomendações ao Senado Federal para a regulação do uso de inteligências artificiais. O documento propõe a inclusão de mecanismos no marco civil da inteligência artificial, o projeto de lei 2338/2023, de autoria de Rodrigo Pacheco, que possam assegurar os direitos de artistas e criadores.

Fachada do Congresso Nacional

Entre os procedimentos recomendados pela carta, estão garantir a transparência das bases de dados e dos mecanismos de treinamento de sistemas de IA, assegurar que criadores possam escolher se seus materiais serão ou não utilizados pelas tecnologias e definir que o ônus da prova, ao julgar violações, recaia sempre sobre as empresas e os desenvolvedores de IA

Assinaram a proposta a Comissão Federal de **Direitos** Autorais do Conselho Federal da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB), a Câmara Brasileira do Livro (CBL), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Pró-Música Brasil e diversas outras organizações que representam os interesses de profissionais da música, da literatura, do teatro, do setor audiovisual, da literatura e da mídia.

A carta menciona o Ato de IA da União Europeia, aprovado em março deste ano, como inspiração para as diretrizes defendidas.

"Não há dúvida de que a Inteligência Artificial é tema fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Trata-se de tecnologia ainda em desenvolvimento, que deverá ser empregada com segurança, de forma a garantir um grau mínimo de riscos às pessoas", diz o texto.

A carta defende que é preciso garantir que as IA, especialmente as generativas - as capazes de criar conteúdos similares aos produzidos por humanos -, minerem seus dados a partir de bases de dados seguras e livres de tendências ideológicas e os colem sem violar direitos de artistas e criadores.

"Utilizações massivas de obras e produções protegidas pela propriedade intelectual sem autorização prévia, no processo de mineração de dados para desenvolvimento da IA, têm sido o usual e o seu principal combustível para geração de textos, imagens e produções, representando clara violação dos direitos de propriedade intelectual."

Veja a carta completa neste link.

Processo contra Paramount por "Top Gun: Maverick" é rejeitado por juiz federal

NOTÍCIAS

Por Jonathan Stempel

(Reuters) - A Paramount Pictures venceu uma ação judicial que buscava rejeitar um processo alegando que o seu blockbuster de 2022 com Tom Cruise, "Top Gun: Maverick", teria se apropriado excessivamente de elementos de um artigo de revista de 1983 que inspirou o filme "Top Gun" original.

Publicidade

Em uma decisão na sexta-feira, o juiz federal Percy Anderson, de Los Angeles, afirmou que a sequência não é "substancialmente semelhante" a "Top Guns", de Ehud Yonay, que retrata a escola de treinamento de pilotos de caça Top Gun da Marinha dos Estados Unidos em San Diego.

A viúva de Yonay, Shosh Yonay, e o filho, Yuval Yonay, herdeiros dos seus **direitos** autorais, disseram que mereciam parte dos lucros da sequência, após a Paramount construir uma franquia bilionária em cima de um artigo que "soprou vida à monotonia técnica de uma base da Marinha".

Os autores da ação vão recorrer, disse o advogado deles, Marc Toberoff.

"Assim que a viúva e o filho de Yonay exerceram seus direitos (de) recuperar esta história eletrizante, a Paramount os rechaçou exclamando 'Quais direitos?', disse Toberoff, em um comunicado. "Não é uma boa imagem."

A Paramount afirmou em um comunicado: "estamos satisfeitos que o tribunal reconheceu que as alegações dos autores da ação eram completamente sem mérito".

Em "Top Gun: Maverick", Tom Cruise repetiu o seu papel como o piloto de testes da Marinha dos EUA, Pete "Maverick" Mitchell.

O filme arrecadou 1,5 bilhão de dólares mundialmente, o maior da carreira de Cruise e o 12º com maior bilheteria em todos os tempos, segundo o site Box Office Mojo.

Os autores da ação, ambos de Israel, alegaram que o filme fictício "Maverick" é "derivativo" do não fictício "Top Guns" por causa de enredos, personagens, diálogos, situações e temas similares.

Mas o juiz afirmou que a lei de **direitos** autorais não protege elementos factuais como as identidades de pessoas de verdade em "Top Guns" ou elementos familiares do enredo, como pilotos embarcando em missões, sendo derrubados ou se divertindo em um bar.

Ele também disse que a lei de **direitos** autorais não protege temas como "o puro amor por voar" ou o único diálogo específico -- "Fight's on" (A luta começou) -- identificado nos dois trabalhos.

"Nenhum jurado razoável conseguiria encontrar similaridades substanciais de ideias e expressões", escreveu Anderson.

Anderson também disse que a Paramount não precisava dar créditos a Ehud Yonay pela sequência, como fez no "Top Gun" original com um crédito de "sugerido por", após os Yonays rescindirem os direitos exclusivos do filme da Paramount sobre seu artigo em 2020.

(Reportagem de Jonathan Stempel em Nova York)

Seminário internacional debate propriedade intelectual indígena

RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL

Durante três dias, acontece no Rio de Janeiro o seminário internacional "Povos indígenas e diversidade cultural: saberes, fazeres e **biodiversidade**. Como Proteger Para o Futuro?", que vai debater os direitos dos povos indígenas em relação à propriedade intelectual.

Promovido pelo Museu Nacional dos Povos Indígenas, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa e a cooperação da Representação da Unesco no Brasil, o evento vai reunir representantes de povos indígenas dos seis biomas brasileiros para realizar uma reunião preparatória indígena e oferecer subsídios à posição brasileira na Conferência Diplomática da Organização Mundial de **Propriedade Intelectual**, que acontecerá em Genebra, na Suíça, em maio deste ano.

Durante os três dias de seminário, os participantes vão debater o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre seu patrimônio cultural, especialmente os direitos de propriedade intelectual sobre os conhecimentos tradicionais, **recursos** genéticos e expressões culturais tradicionais, no contexto da Organização das Nações Unidas.

O seminário também vai estimular o debate em torno do direito dos povos indígenas de serem consultados previamente sobre o patrimônio cultural e o posicionamento deles acerca da natureza de um ou vários futuros instrumentos internacionais de proteção aos conhecimentos tradicionais, **recursos** genéticos e expressões culturais tradicionais. Essa consulta prévia é prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é sig-

natário.

A necessidade de afirmar os direitos sobre os conhecimentos tradicionais presentes nos **recursos** genéticos preservados em territórios indígenas e expressões culturais tradicionais é uma demanda dos povos indígenas em nível global. Foi o que destacou, na abertura do seminário, o indigenista Francisco Gomes, chefe do Serviço de Atividades Culturais do Museu Nacional dos Povos Indígenas.

Essa reivindicação é decorrente do crescimento da apropriação cultural, de conhecimentos e de **recursos** genéticos tradicionais com objetivo comercial, sem que os povos indígenas, que criaram esses conhecimentos, recebam parte dos lucros obtidos. Como exemplo dessa expropriação contra os povos indígenas está a estévia, que é um conhecimento milenar do povo Guarani, e hoje é explorado pela indústria alimentícia.

Entre os desafios que precisarão ser enfrentados destacam-se a forma de equilibrar os direitos dos povos indígenas e os grandes interesses comerciais implicados na concessão de direitos exclusivos de propriedade intelectual; e a adequação das ferramentas existentes no sistema de propriedade intelectual para impedir a concessão errônea de desses direitos e prevenir a apropriação indevida dos elementos que integram o patrimônio cultural desses povos.

As inscrições já estão esgotadas, mas é possível acompanhar o seminário pelo canal do YouTube da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Governo lança plataforma que reúne dados de patentes de medicamentos



Ferramenta deve permitir análise estratégica para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, subsidiando os trabalhos do grupo

Crédito: Freepik

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta terça-feira (8/4) a Plataforma de Dados de Patenteamento do Setor Farmacêutico, desenvolvida pelo Grupo FarmaBrasil (GFB).

A plataforma, que compila dados de depósito de pedidos de patentes de medicamentos, é uma das entregas do Nova Indústria Brasil. "Vejo essa plataforma como uma contribuição muito importante e como uma ferramenta de gestão para que os conhecimentos inovadores se transformem em produtos para a sociedade", disse a ministra da Saúde, Nísia Trindade.

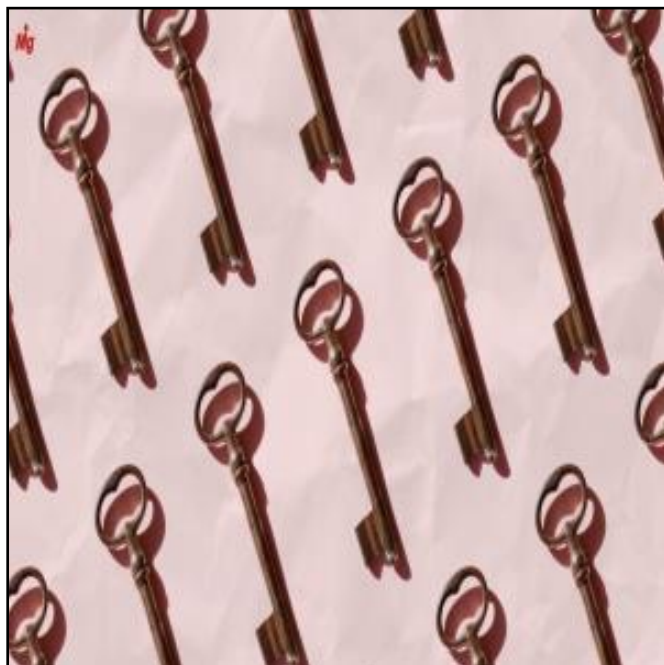
A ideia é que permita uma análise estratégica para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, subsidiando os trabalhos do grupo. "Duas áreas vão crescer exponencialmente: saúde e TI, justamente as que temos os maiores déficits da balança comercial", declarou o vice-presidente e titular do MDIC, Geraldo Alckmin.

A iniciativa reúne informações de 2000 a 2021 até o momento. Dados até o ano passado serão atualizados a partir de um acordo de cooperação técnica entre a FarmaBrasil e o **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**), assinado durante o evento.

O presidente da FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, destacou a importância da plataforma para a segurança jurídica e as informações estratégicas em saúde. "O setor caminha lado a lado com o governo e não é de hoje", afirmou.

Paulo Victor De Carvalho Mendonça Humberto Vale

Os cuidados da propriedade intelectual em restaurantes



Restaurantes são negócios multifacetados, explorando a Propriedade Intelectual. Exemplos incluem a série *The Bear* e o livro *Cozinha Confidencial* de Anthony Bourdain.

Os cuidados da propriedade intelectual em restaurantes Daniel Marinho Restaurantes são negócios multifacetados, explorando a Propriedade Intelectual. Exemplos incluem a série *The Bear* e o livro *Cozinha Confidencial* de Anthony Bourdain. segunda-feira, 8 de abril de 2024 Atualizado às 08:25 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Restaurantes são negócios completos e com capacidade de exploração em vários campos da Propriedade Intelectual. O tema é bastante abordado na literatura, inclusive com séries como *The Bear*, que retrata os bastidores de um restaurante e suas dificuldades. Ou ainda por meio de livros, como o escrito pelo chef Anthony Bourdain, *Cozinha Confidencial*, com bastante repercussão mundial, tendo em vista os comentários sobre as práticas de desconhecimento do grande público.

Marcas:

abpi.empauta.com

O registro de marcas é imprescindível para que o restaurante tenha a proteção dos seus direitos sobre seu nome e sua identidade visual;

Mesmo assim, muitos restaurantes não têm pedidos ou registros de marca no **INPI** - Instituto Nacional da **Propriedade** Intelectual, geralmente, por nem sequer saberem da necessidade dessa proteção essencial;

O registro impede que terceiros se apropriem e se utilizem indevidamente da marca do restaurante, além de facilitar o resguardo de outros ativos imateriais ligados à marca, tais como o domínio de website e as redes sociais do empreendimento;

É possível, por exemplo o registro de títulos de pratos, que podem ser considerados essenciais para a discriminação da identidade de alguns restaurantes.

Outro importante aspecto é a possibilidade de um registro do nome do próprio chef de cozinha. No Brasil, temos alguns chefs bem conhecidos no mercado, com programas de televisão e perfis em redes sociais. O registro de marca também auxilia a proteção em tais ambientes e, inclusive, aumentando as atividades daquele profissional que se dedica ao universo da gastronomia.

Receitas:

Existe, atualmente, um grande debate sobre a proteção de receitas gastronômicas contra o uso indiscriminado de terceiros;

A tutela desses direitos por meio de **Direitos** Autorais é a mais interessante nesse sentido, visto que protege o direito exclusivo à receita de forma vitalícia e anos após a morte do seu criador;

Entretanto, alguns tribunais já rejeitaram o uso desse

Continuação: Os cuidados da propriedade intelectual em restaurantes

instituto jurídico para proteger receitas gastronômicas que havia, alegadamente, sido copiadas ou utilizadas indevidamente;

Como pontuado, há a possibilidade de resguardo por esse caminho, desde que haja a comprovação de sua distintividade e de que o prato tenha elementos que o consideram para além da alimentação e o suprimento de necessidades básicas. Porém, o tema ainda continua sendo alvo de debates e desdobramentos.

Patentes:

As patentes, em geral, não são aceitas como proteção para receitas gastronômicas;

Mesmo assim, restaurantes podem se tornar ambientes propensos ao desenvolvimento, às vezes não intencional, de invenções e modelos de utilidade que podem vir a ser patenteados;

Patenteiar uma invenção não é benéfico apenas para evitar que terceiros se utilizem indevidamente da ideia, mas também para que haja possibilidade de lucro com o eventual licenciamento para quem estiver interessado na utilização da invenção.

Trade Dress/Concorrência desleal:

Outra alternativa à proteção não apenas das receitas gastronômicas, mas também ao conjunto imagem de um restaurante, é o uso da denúncia à concorrência desleal;

Trade Dress é o termo utilizado para a "cópia" de elementos chaves características de um negócio e existem diversas decisões de tribunais brasileiros que condenaram negócios por concorrência desleal, justamente por se apropriar de elementos de

restaurantes a fim de confundir a clientela e atrair mais clientes ao próprio empreendimento.

Exemplo: O McDonald's é conhecido mundialmente por diversas características distintivas suas que compõem a identidade de sua marca, tais como os arcos dourados do logotipo, o modo de atendimento, as vestimentas, as embalagens, além do próprio "mascote", o palhaço do McDonald's. Se, por algum motivo, um terceiro se apropriar de todo esse conjunto imagem da rede de fast food, mesmo que não haja associação nenhuma com o nome ou o logo da marca, o McDonald's poderia, facilmente, fazer cessar essa apropriação.

Franquias:

Os negócios de franquias são muito complexos e devem ser bem estruturados e geridos;

Os ativos de Propriedade Intelectual de empreendimentos desse tipo são valiosíssimos, já que é a mistura entre transferência do know-how do negócio com a permissão do uso da marca e outras propriedades o que caracteriza tão fortemente as franquias;

Dessa forma, é necessário manter o portfólio de ativos de Propriedade Intelectual do negócio sempre atualizado e juridicamente protegido, evitando eventuais problemas com franqueados, consumidores e concorrentes.

Em resumo, é possível dizer que uma série de elementos que abordam a Propriedade Intelectual estão presentes no dia a dia de um restaurante. Desde seu nome, logomarca, seu próprio chef de cozinha ou até mesmo as receitas e o visual do seu estabelecimento.

Continuação: Os cuidados da propriedade intelectual em restaurantes

Daniel Marinho Sócio de **Propriedade** Intelectual e Proteção de Dados Pessoais do PDK Advogados. Atuação Pro Bono como advogado para o desenvolvimento do Programa de Privacidade e Proteção de Dados do Instituto da Criança/RJ. PDK

Advogados

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 11, 12

Patentes
3

Direitos Autorais
4, 8, 9, 12

Propriedade Intelectual
10, 12

Pirataria | Biopirataria
10

Inovação
10